

**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel. -----

-----Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados António José de Sousa Pinto, Vítor Jorge Carvalho Soares e Luís Alexandre igreja Guimarães. -----

-----O senhor deputado, António José de Sousa Pinto, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Bruno Moreira Teixeira. -----

-----O senhor deputado Vítor Jorge Carvalho Soares, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Armindo Coelho. -----

-----O senhor deputado Luís Alexandre igreja Guimarães, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Fernando António Pimenta Carvalho. -----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia. -----
O senhor 2º Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura da moção e votos de louvor entrados na mesa: --- -----

-----1 — Voto de louvor, apresentado pelo apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à empresa - Recauchutagem Nortenha SA pela distinção alcançada, no corrente mês de abril, nos Estados Unidos da América, pelo pneu 385/65R22.5 ECOTRAILER. --

-----A Recauchutagem Nortenha é uma empresa que emprega cerca de 250 trabalhadores e gere-se por um modelo que promove investimentos contínuos em atualização de equipamentos, de tecnologia e de

Ata Sessão 29-04-2016

processos de fabrico dos materiais que produz, reciclando e reaproveitando resíduos que de outra forma teriam um sério impacto no ambiente. -----

-----A distinção ocorreu durante a participação da empresa na feira estadunidense "North American Tire & Retread 2016", que decorreu em New Orleans, num concurso onde participaram os maiores recauchutadores americanos e europeus. O pneu 385/65R22.5 ECOTRAILER foi considerado o pneu recauchutado em molde mais bonito do concurso, alcançando, assim, o galardão "MISS RETREAD TRUCK TIRE 2016". -----

-----Este aureolado prémio vem evidenciar, uma vez mais, a excelência da empresa penafidense e contribuir para a sua expansão no mercado nacional e internacional, levando o nome da Penafiel aos quatro «cantos do mundo». -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 29 de abril de 2016, endereça à empresa - Recauchutagem Nortenha SÁ o nosso agradecimento por esta contribuição dada ao engrandecimento *do nosso concelho e região e votos de muitos sucessos." -----

-----2 — Voto de louvor, apresentado pelo apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----
-----O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Penafiel, em reunião realizada em 29 de abril de 2016, propõe para aprovação, um voto de louvor a José Manuel Alves Dias, que durante anos praticou atletismo. -----

-----Está federado desde o ano de 1999, na Federação de Atletismo na categoria de sénior pelo FC Penafiel, tendo feito parte de outros clubes e associações. -----

-----Participou em várias provas nacionais, obtendo muitos e variados títulos, distritais, regionais e nacionais e representou Portugal nos campeonatos mundiais de pista, realizados na República da Irlanda em 1980. -----

-----Na variante de pista, participou no Torneio Ibérico em Vigo (Espanha), na antiga Checoslováquia, onde obteve o 5.º lugar, conseguindo, ainda, na agora, denominada República Checa, um 3.º lugar, a que se junta um 2.º lugar obtido em Dublin, Irlanda. -----

-----Sagrar-se-ia Campeão do Mundo em prova disputada na então União Soviética. -----

-----Na variante de crosse, participou no Crosse de Iberre, na Bélgica e sagrou-se campeão europeu, coletivamente, em prova disputada na Áustria, onde obteve um 7.º lugar à geral. -----

-----Em estrada, sagrou-se campeão da prova internacional de Marselha que se disputa durante 3 dias. -----

-----Porque se trata de um percurso desportivo assinalável propõe-se um voto de louvor a José Manuel Alves Dias." -----

-----3 — Voto de louvor, apresentado pelo apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR ao Moto Clube do Vale do Sousa, pelo contributo dado à organização 20a edição do " Dia do Motociclista" que se realizou no dia 3 de abril na cidade de Penafiel e trouxe à cidade mais de 20000 motards.-----

-----A celebração, oficial do 'Dia Nacional do Motociclista' foi da responsabilidade da Federação de Motociclismo de Portugal e para além da prestimosa colaboração do Moto Clube do Vale do Sousa, contou ainda com a colaboração da Paróquia de Penafiel e da Autarquia. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 29 de abril de 2016, endereça Moto Clube do Vale do Sousa a nossa gratidão por esta contribuição dada ao desporto e ao enriquecimento do nosso concelho e região, endereçando votos dos maiores sucessos."-----

-----4 — Voto de louvor, apresentado pelo apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:-----

-----"Voto de louvor -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à penafidelense e violinista Francisca Portugal, de 17 anos, que venceu no passado fim-de-semana, a "V Mostra Musical do Eixo Atlântico", na categoria de solista. -----

-----Este evento internacional decorreu no Auditório Municipal de Vilagarcía de Arousa, em Pontevedra, e contou com a presença de cerca de 200 músicos de 19 cidades da Galiza e Portugal. -----

-----A violinista nasceu em Lisboa e a partir dos 8 anos de idade radicou-se com os pais em Penafiel, dando sequência aos estudos de música que iniciou em Lisboa na Academia de Música de Paredes. Atualmente, estuda na Escola Profissional e artística do Vale do Ave. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 29 de abril de 2016, dirige o nosso agradecimento à ilustre violinista por este contributo dado à cultura penafidelense e ao engrandecimento do nosso concelho e região, endereçando votos para que continue a amearhar muitos sucessos no futuro."-----

-----5 — Voto de louvor, apresentado pelo apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:-----

-----"Voto de louvor -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à Associação Recreativa Novelense e aos seus atletas e treinadores que conquistaram o título de Campeão Nacional em Sub21, no Campeonato Nacional de Equipas de Ténis de Mesa, que decorreu nos passados dias 2 e 3 de abril, no Pavilhão dos Poucos, em Leiria.-----

-----Realça-se o desempenho da equipa formada pelos atletas António Malheiro, Paulo Silva, Rafael Gonçalves e Pedro Martins e pelo trabalho desenvolvido pela treinadora Manuela Simões e do diretor Laurindo Silva. -----

Ata Sessão 29-04-2016

-----Com esta nova taça, o Novelense conquistou mais um título que engrandece o clube e todos nós, deixando assim ótimas perspetivas para o futuro da modalidade e do clube. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 29 de abril de 2016, endereça à Associação Recreativa Novelense e aos seus atletas e diretores as nossas felicitações e votos de muitos sucessos. -----

-----6 — Voto de louvor, apresentado pelo apresentado pelo Grupo Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

-----"Voto de louvor -----

-----A Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de um voto de louvor a Francisca Portugal, violonista que, em representação do Município de Penafiel, venceu a categoria de solista na "V Mostra Musical do Eixo Atlântico", um evento internacional que decorreu no Auditório Municipal de Vilagarcía de Arousa, em Pontevedra, e que contou com a presença de cerca de 200 músicos de 19 cidades da Galiza e Portugal, num programa com 55 atuações."-----

-----7 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

-----"Voto de louvor -----

-----A Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de um voto de louvor à Escola Básica da Portela, Agrupamento de Escolas do Pinheiro, membro ativo da comunidade eTwinning, desde 2010, e reconhecida por diversas vezes com prémios eTwinning tanto a nível nacional como europeu, por ter sido galardoada pelo segundo ano consecutivo com uma bandeira eTwinning. -----

-----Este ano, a escola foi premiada por ter recebido o Selo Nacional de Qualidade nos projetos "Butterfly on the Swing", "Playing with food" e "Developing creativity in after-school in Primary classes", desenvolvidos no ano letivo de 2014-2015, com os alunos do 3.º ano de escolaridade. -----

-----Estes projetos, desenvolvidos pela professora Maria Alice Moreira Maia Neto e pelos seus alunos, foram também merecedores do Selo Europeu de Qualidade pelo excelente trabalho apresentado e obtiveram assim um reconhecimento ao mais alto nível."-----

-----8 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

-----"Voto de louvor -----

-----A 23 de Abril de 1986, foi realizada a primeira emissão experimental da Rádio Clube de Penafiel (RCP) e, no primeiro dia do mês seguinte, iniciou-se a transmissão regular. -----

-----Durante os 30 anos de emissões radiofónicas, a RCP teve um importante papel no quadro da comunicação social regional, afirmando-se como um órgão pioneiro na ligação dos concelhos do Vale do Sousa e da própria população da região, através da sua transmissão radiofónica. A RCP teve sempre um especial impacto na comunidade penafidelense, contribuindo para entreter e, acima de tudo, informar os penafidelenses, sempre com um cunho de elevado profissionalismo. -----



-----Pelo exposto, o Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de louvor à Rádio Clube de Penafiel, por ocasião dos 30 anos de emissões regulares, que deve ser dado a conhecer à sua direção e demais colaboradores.”-----

-----9 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal o Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer”, com o seguinte teor:-----

-----"VOTO DE LOUVOR-----

-----Atenta a relevante prestação da atleta penafidelense Joalina de Sousa Ferreira, de 15 anos, ao sagrar-se vice-campeã do Mundo de Low-Kick e 3.º classificada na variante Light-Kick, no 6.º World All Styles Championship, prova que reuniu todos os estilos de arte marciais e desportos de combate, que decorreu nas Caldas da Rainha, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor àquela atleta pelos excelentes resultados conseguidos.”-----

-----10 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal o Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer”, com o seguinte teor:-----

-----"VOTO DE LOUVOR-----

-----Atenta a excelente campanha desportiva da equipa feminina de futsal da União Desportiva Santa Isabel, ao sagrar-se campeã da 2.ª Divisão Distrital, garantindo, dessa forma, a subida à Primeira Divisão na próxima época, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor às atletas, equipa técnica e diretiva pelo objetivo atingido.”-----

-----11 — Voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal o Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer”, com o seguinte teor:-----

-----"VOTO DE LOUVOR-----

-----Atenta a brilhante prestação desportiva da Seleção que representou Penafiel no III Encontro de Boccia Sénior da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, composta por Manuel Coelho, José Ferreira, Álvaro Pinho, António Vieira e Zeferino Coelho, pertencentes à equipa da Junta de Freguesia de Canelas, conquistando o 1.º lugar do pódio, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor aos membros daquela Seleção pelo excelente resultado obtido.”-----

-----12 — Voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer”, com o seguinte teor:-----

-----"VOTO DE LOUVOR-----

-----Atenta a excelente prestação desportiva dos atletas António Malheiro, Paulo Silva, Rafael Gonçalves e Pedro Martins, da Associação Recreativa Novelense, conquistando, pelo segundo ano consecutivo, o título de campeões nacionais de sub-21, em ténis de mesa, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor àqueles atletas, bem como, à equipa técnica e diretiva daquela Associação pelo brilhante resultado obtido.”-----

-----13 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer”, com o seguinte teor:-----

"MOÇÃO"**INÍCIO DA EXECUÇÃO DO IC35**

Considerando que,

O Estado Português e toda a classe política nacional, nos mais diversos quadrantes políticos, assumiram uma pessoal responsabilidade na execução deste troço do IC 35.

Em 2001, a Assembleia da República, através da Resolução unânime n.º 28/2001, de 5 de Abril, recomendou "a tomada de decisão imediata, com carácter de prioridade absoluta, quanto ao lançamento do IC 35".

O XVII Governo Constitucional, através do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e Comunicações transmitiu aos autarcas da região que a obra seria lançada a concurso até ao final de 2009, facto corroborado pelo Senhor Ministro da Economia e Finanças em 1 de setembro de 2009, quando anunciou publicamente a assinatura de um despacho tendo em vista o lançamento da obra até ao final de 2009 (integrada na denominada Concessão do Vouga).

Apesar deste compromisso público, o titular da pasta das Obras Públicas do XVIII Governo Constitucional, ainda que sendo do mesmo partido político, anunciou a suspensão, por tempo indeterminado, da construção do IC35.

Em junho de 2012 a Câmara Municipal de Penafiel entregou na Assembleia da República uma petição pública com 10 000 assinaturas a exigir construção do IC 35.

Em agosto de 2015, o Ministério da Economia apresentou o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+), que previa o início da construção da 19 Fase do IC 35 (Troço Penafiel - Rans) em 2016 e a conclusão desta via, na sua totalidade, até 2019;

A 4 de setembro de 2015, foi publicado em Diária da República a abertura de procedimento para a apresentação de propostas, por um período de 45 dias, para a execução da empreitada "IC35 - Penafiel / Rans";

Tendo passado cerca de 6 meses depois do final do prazo de apresentação de propostas para a referida empreitada, o Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer (CDS.PP/PPD-PSD) entende que é tempo de exigir informação à tutela sobre a demora da respetiva adjudicação e início desta obra.

Pelo exposto, pró põe-se à Assembleia Municipal de Penafiel:

Exortar o atual Governo da República a dar seguimento ao procedimento de contratação pública da supra referida empreitada, iniciado em Setembro de 2015.

Solicitar informação ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, com carácter de urgência, sobre o ponto de situação do concurso público "IC35 - Penafiel / Rans" (anúncio de procedimento n.º 5400/2015) e sobre os motivos da morosidade deste procedimento.

Mais decide, dar conhecimento da presente moção às entidades abaixo elencadas, solicitando para, dentro das suas competências, diligenciar pela agilização da execução desta obra:

-----Primeiro-ministro; -----
-----Secretário de Estado das Infraestruturas; -----
-----Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, BE, CDU e PAN e -----
-----Infraestruturas de Portugal, SA." -----

-----Posta à votação a admissibilidade da moção, e dos votos de louvor apresentados foram os mesmos aprovados por unanimidade. -----

----- **Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:** -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que, sendo um defensor da construção de passeios ao longo das estradas nas freguesias, pelo menos onde as crianças e as mães circulam para levar os filhos à escola, assunto já referido por si por diversas vezes, era necessário que as Juntas de Freguesia com a colaboração da Câmara Municipal comesçassem a fazer esse tipo de trabalho. Tem-se verificado ultimamente, e por exemplo muito próximo da cidade de Penafiel, junto à estrada nacional construção de edifícios/moradias, em que os muros de vedação, junto à estrada nacional, encontram-se construídos praticamente em cima da linha branca da estrada. Não acreditava que a Câmara Municipal tivesse licenciado aquelas construções e não tivesse obrigado a afastamentos que estavam regulamentados. Chamava atenção do Executivo para aquele tipo de situações porque inviabilizava por completo obras futuras. Ficava admirado como elementos das Infraestruturas de Portugal, tão exigentes, que passavam naquele local praticamente todos os dias e não se manifestavam com aquela situação. Achava que devia ser ordenada demolição dos referidos muros. -----

-----Relativamente ao estacionamento em cima dos passeios, disse que foi feita a requalificação Câmara Municipal junto ao Estádio 25 de Abril, e muito bem, com passeios que permitiam que as pessoas ao final do dia pudessem usufruir daquele local para as suas caminhadas. Verificava-se que aqueles passeios estavam ocupados por automóveis, fazendo deles parques de estacionamento. Esta situação era complicada pois, para quem lá circulava tinha que fazer um desvio e circular pela estrada porque os passeios estavam ocupados com os automóveis. Sabia que era difícil controlar aquela situação, mas devia pensar-se em fazer-se uma vedação do acesso aos passeios por parte dos automóveis. O mesmo se passava na freguesia de Oldrões, numa zona fulcral de acesso à igreja, ao restaurante "3 Migos" e às escolas. Também naquele local, as crianças e suas mães têm que utilizar a estrada porque os passeios estão completamente ocupados pelas viaturas. -----

-----Referiu que tomaram conhecimento e foram alertados pelas notícias da comunicação social sobre a questão dos pavilhões que seriam alugados pela Câmara Municipal para a instalação de uma nova empresa de telecomunicações "Altice", no concelho de Penafiel. Disse que ouvia muita coisa e por isso solicitava ao senhor Presidente da Câmara Municipal que na sua explicação, que lhes dissesse e o que se tinha passado na realidade para que assim se evitassem especulações. -----

Ata Sessão 29-04-2016

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa: Disse que na última sessão da Assembleia de Freguesia, ficou espantado, porque se debate constantemente pela falta de investimento municipal na freguesia de Cabeça Santa, porque a informação que tinham acerca do Presidente de Junta de Cabeça Santa é que este, não tem levado propostas ao senhor Presidente da Câmara de investimento para a freguesia. Não sabia qual era a fonte, mas era esta a informação que tinham da Câmara Municipal.-----

-----Passou a citar a obras que solicitou na primeira reunião que teve com o senhor Presidente da Câmara para a freguesia de Cabeça Santa: Obra na rua da Lamosa; passeios na estrada nacional 106, rua do Castelão, parque infantil e casa mortuária. A casa mortuária não ficou no plano e orçamento municipal porque o senhor Presidente achou que era dispendioso, opinião que concordou que numa primeira fase que ficasse de lado. Disse que foi por esse motivo que tinha votado a favor ao Plano e Orçamento no primeiro anos que participou na votação. Posto tudo aquilo, estranha que a informação que passa da Câmara e depois era espalhada pelo freguesia que o Presidente da Junta era inativo e não lutava pelos interesses da sua freguesia. Neste último orçamento municipal, com a ajuda do PS, porque desta vez o senhor Presidente da Câmara Municipal esqueceu-se de reunir com os senhores Presidentes de Junta do PS, as obras que solicitou foram novamente os passeios da EN 106 e respetiva sinalética, rua da Lamosa, rua Nova da Sagrada Família, rua do Cêpo, iluminação no agrupamento das escolas Penafiel Sudeste, construção do parque de lazer e merendas junto à zona industrial e novamente a casa mortuária. De todas as obras que solicitou, apenas uma constou no Plano e Orçamento municipal, a freguesia de Cabeça Santa só teve direito a uma obra no Plano. Referiu um cartaz colocado pela JS na estrada nacional, parabenizando o jovem deputado Luís Guimarães pela iniciativa que demonstrava interesse pela freguesia de Cabeça Santa e demonstrava que tinha sentido cívico e de luta, usando o dinheiro das senhas de presença para investir em situações como aquelas, em prol do concelho de Penafiel. -----

-----Disse que há uns meses a esta parte, abordou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre um levantamento topográfico de uma rua que há mais de 20 anos que estava parada. A resposta do senhor Presidente da Câmara tinha sido que aqueles assuntos não tinham necessidade de ser expostos na Assembleia Municipal mas sim expostos nos respetivos serviços camarários. Foi o que fez, dirigiu-se aos serviços técnicos, falou com o senhor eng. Carlos Lopes que curiosamente a resposta que lhe deu foi que ia transmitir ao senhor Presidente da Câmara mas que não ia valer de nada. O que era certo, era que o senhor eng. Carlos Lopes tinha razão porque até à data o levantamento topográfico ainda não tinha sido feito. O proprietário do terreno não abdicava do levantamento topográfico feito pela Câmara Municipal, sem ele não havia abertura da rua. Solicitou a máquina, o senhor Vereador Alberto Clemente amavelmente já disponibilizou a mesma. Têm a máquina mas não têm o levantamento topográfico feito por isso a rua continua por abrir. -----

-----Disse que no dia 19 de junho, realizar-se-á o dia da freguesia de Cabeça Santa, que vai ser implantado pela primeira vez nesta data. Será precisamente para divulgar todas as situações da freguesia,

tanto de bom como de menos bom, já cometeu alguns erros e estaria lá para os assumir, mas também era um dia de festa. Convidou a todos para estarem presentes, atempadamente convidaria formalmente o senhor Presidente da Câmara Municipal e os senhores Vereadores, pois fazia muito gosto que estivessem presentes. -----

-----Relativamente à falta de investimento na freguesia, disse que um senhor deputado lhe tinha dito que era porque o Presidente da Junta era pouco afável, mas não estava ali para ser afável mas sim para defender os interesses os interesses da sua terra. Disse que o senhor deputado, se estivesse na sua posição de Presidente da Junta e se tivesse na sua freguesia de 30 mil euros, comparado com outras freguesia em que o investimento era de 200 ou 300 mil euros, gostava que o senhor deputado fosse aquele fórum dizer ao senhor Presidente da Câmara Municipal, de forma afável que a sua freguesia estava a regredir. -----

----- — O senhor deputado Agostinho Gonçalves: *"É necessário que o mundo não pisme do que me dão... Mas, sim, que se aflija com o que me falta. É só a fome e a sede de justiça que eu tenho, que me leva... a mostrar a minha chapa de mendigo, só isso."* Referiu que o que acabou de citar era um pensamento do Padre Américo. -----

-----Américo Monteiro de Aguiar, foi o oitavo filho de uma família cristã. Nasceu a 23 de outubro de 1887 na freguesia de Galegos. Aos 36 anos ingressou no Convento de Vilariño, Espanha, onde toma o hábito em 14 de agosto de 1924, do qual sai após dois anos de vida conventual, e sendo-lhe recusada entrada no Seminário do Porto, é recebido em Coimbra, em 1928. -----

-----Recebe a Ordenação Sacerdotal em 29 de julho de 1929 e encarrega-se da sopa dos pobres em Coimbra. -----

-----Doente como então era, disse: *" O meu Prelado havia-me dispensado de todas as obrigações, tendo eu tomado esta de visitar os pobres por não servir para mais nada."* -----

-----Dedicou-se ao apostolado da caridade nos tugúrios de famílias em dificuldades. Visitou hospitais e cadeias. Desde 1935 a 1939 organiza colónias de campo em S. Pedro de Coimbra. Funda a Casa do Gaiato em Paço de Sousa, Penafiel. -----

-----A morte surgiu no hospital de Santo António, no Porto a 16 de julho de 1956, em consequência dum desastre de automóvel em S. Martinho do Campo, Valongo. -----

-----Foi exumado a 15 de julho de 1961, no cemitério paroquial de Paço de Sousa, e trasladado no dia 17 para a capela da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, onde jaz em campa rasa, como era o seu desejo. -----

-----Disse que tinha acabado de descrever parte da biografia do Padre Américo, referindo que os penafidenses têm ao longo do tempo homenageado a sua memória. A cidade de Penafiel tem um largo com o seu nome e uma estátua que voltou ao seu sítio. O Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, também ostenta o nome hospital Padre Américo. -----

-----Estavam, portanto, perante um penafidense ilustre que importa relembrar e dar a conhecer a sua obra social. -----

Ata Sessão 29-04-2016

-----Muita gente que foi e vai ao Hospital padre Américo, provavelmente desconhece a vida dedicada aos mais pobres que o padre Américo realizou. -----

-----Lembrou que no dia 16 de julho, ocorre o 60 aniversário da morte do Padre Américo e propôs que a Câmara Municipal de Penafiel realize, um conjunto de ações onde, condignamente, se homenageasse a memória do conterrâneo benfeitor penafidense. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Eja: Relativamente às obras de requalificação dos sanitários da zona ribeirinha, disse que já enviou o seu agradecimento ao senhor Presidente da Câmara e aproveitava aquela Assembleia para fazer um agradecimento publicamente. Agradecia porque já não era uma obra virtual, como tinha dito há algum tempo atrás, agora já tinha projeto. Agradecimento que lhe apraz registar, até porque aquela obra previa outro tipo de estruturas, nomeadamente a nível de lazer e da recolha de lixos daquela zona. -----

-----Há algum tempo atrás falava da precariedade das condições oferecidas as crianças da freguesia de Eja, nomeadamente aquelas que frequentam o estabelecimento de ensino, EB1 de Abol. Recebeu um auto de vistoria enviado pelo ACES, de uma vistoria feita a 18 de março, que dizia que "não foram cumpridas as recomendações constantes do auto de vistoria data de 09 de maio de 2013". Portanto, em 2013 havia já as recomendações feitas à Câmara Municipal pelo ACES, para que fosse feita uma intervenção naquele estabelecimento de ensino. Auto de vistoria que está na posse da Câmara Municipal há já três anos. Para que o senhor Presidente da Câmara soubesse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Eja, gostaria muito mais de estar sentado calmo e sereno no seu lugar, porque era mais fácil e conveniente se os problemas de freguesia estivessem resolvidos. -----

-----Devido aos últimos óbitos que ocorreram na zona de Entre-os-Rios, o cemitério já não tinha mais espaço. Disse que tinha ficado triste, porque o senhor Presidente da Câmara há uns tempos atrás tinha-lhe dito que o projeto do cemitério tinha sido enviado para uma entidade terceira devido aos afastamentos do IC35. Mas sendo certo que o terreno a adquirir com uma proprietária, referida no email que lhe enviou a 27 de dezembro de 2014, ficava para lá do cemitério, achava muito estranho que qualquer que seja a entidade que o senhor Presidente tenha remetido o projeto, sem querer duvidar da palavra do senhor Presidente, que o terreno que ficava para além do cemitério, pudesse ser objeto de qualquer tipo de interdição, relativamente à ampliação. O cemitério estava lotado e pedia de uma vez por todas que pusesse em marcha a ampliação do cemitério. Ela era premente em 2013, aquando da reunião para a sua inclusão no PPI, e nesta altura a situação era muito mais do que urgente, era uma situação muito complexa. -----

-----Havia outros assuntos que queria abordar com mais profundidade, nomeadamente a situação da estação de águas residuais de Entre-os-Rios, mas ia esperar pela sessão de junho porque normalmente com o calor era mais convidativo a esse tipo de intervenções. -----

----- Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à discussão e votação e deliberação a moção e os votos louvor acima transcritos. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra sobre a **moção subscrita pelo Grupo municipal da coligação "Penafiel Quer", sobre "Início da Execução do IC 35"**, inscreveu-se:

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a moção apresentada pela coligação "Penafiel Quer" sobre o início da execução do IC 35, não era muito sério, porque andavam todos, sem exceção desde 2001 a pedir a construção do IC 35. Portanto, todos estariam de acordo com a moção agora apresentada. Só que era estranho, porque pela parte da CDU, através dos deputados da Assembleia da República do PCP, que tanto têm lutado, o PSD e o CDS-PP na Assembleia da república votavam contra os pedidos de construção do IC 35 apresentados pelo PCP. Tiveram um Executivo PSD/CDS-PP, quatro anos que não fez rigorosamente nada sobre o IC 35. Estava a par de tudo o que passava porque foi uma das pessoas que esteve em contacto permanente com a senhora responsável, engenheira Etelvina, no centro de trabalhos das Infraestruturas de Portugal que era atualmente, a chefe das Estradas de Portugal no Porto, e foi sempre informado do que se passado. De facto, nos finais de 2015, foi aprovado quase definitivamente o traçado do IC 35, o que aconteceu foi que o Governo anterior, rigorosamente nada fez para a construção daquela via estruturante. O que fez foi, em setembro, porque havia eleições, lançou uma parte do início da obra do IC 35, como fez como muitas obras no país porque havia eleições próximas e prevendo que provavelmente ia perder as eleições, lançou o início da construção, por apenas 28 milhões, um lanço apenas até Rans e como essa lançou muitas outras obras para realizar por quem viesse a seguir. -----

-----O grupo municipal da CDU estava de acordo com a moção apresentada porque eram a favor da construção do IC 35 e por isso iam votar favoravelmente. -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que esta moção como o lançamento da obra do IC 35, do primeiro troço trás um *timing* esquisito. Como já tinha sido dito, a obra foi lançada em período pré-eleitoral, foi lançado o troço inicial de apenas 2,8 km, não foi feito o projeto restante, vai ser preciso mais de um ano para que ele avance. -----

-----O PS, nesta Assembleia Municipal desde há vários anos, com Governos de várias forças, sempre foram unânimes em que o IC 35 avançasse na realidade. -----

-----Propôs aos proponentes, que previamente antes da remessa para todas as entidades mencionadas, devia-se apurar qual a situação do processo junto da entidade que lançava a obra, a Lei dos compromissos obriga a que quando se lançava o concurso tinha que haver verbas, o compromisso tem que estar feito, o orçamento que o Governo atual fez com certeza que devia arrancar nos compromissos que estavam firmados no orçamento do anterior, a menos de questões ponderosas como aconteceu quando em 2008 e 2009, em que foram suspensas todas as obras públicas. Disse que grupo municipal do Partido Socialista concordava com a moção, mas previamente dever-se-ia saber qual o ponto da situação, junto da entidade

Ata Sessão 29-04-2016

Infraestruturas de Portugal, desse concurso. Estava-se ali a colocar questões a várias entidades do Governo sobre uma situação que não sabem se se deu seguimento ou não, percebendo que a moção surgia por uma questão que tem a ver mais com o *timing* desde que foi lançado, porque não sabiam se foi lançado sem os compromissos que deveriam continuar e estarem mantidos. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que ouviu o senhor deputado Jesus Ferreira desvalorizando um pouco o lançamento daquela primeira pedra do primeiro troço, e veio-lhe à memória aquele ditado chinês que diz que "uma longa caminhada começa sempre pelo primeiro passo e pela vontade de chegar ao fim". O primeiro passo daquela obra necessária para todos os penafidelenses, independentemente da cor política, era de facto a sua construção. A verdade era que, apesar de 2001 estar projetada, falada, repisada aquela questão, na verdade era que só em 2015 passou do papel para a prática e uma prática concreta ou seja, o lançamento da empreitada. Quando se lançou a empreitada, todos os compromissos e cabimentos estavam feitos para que a obra fosse efetivamente lançada em setembro. A 26 de novembro foi feita a abertura das propostas, em que um dos seus concorrentes, bem posicionado no concurso é uma ilustre empresa construtora do concelho de Penafiel. A única questão que se colocava era o que se teria passado entre o dia 26 de novembro até ao presente, para que o primeiro troço, entre Penafiel/Rans ainda não tivesse avançado, qual seria o ponto de situação daquela empreitada. -----

-----Referiu que os subscritores, não quiseram dar nenhum cunho político-partidário à presente moção, o que os preocupava era acabar de vez com o *vermelho* da morte de muito daqueles que ficavam naquela estrada. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Na sequência do que se tem passado nas sessões quando debatiam o tema do IC 35, assumia ali, mais uma vez, o compromisso de colocar aquela questão aos deputados do seu partido na Assembleia da República e na próxima sessão da Assembleia Municipal transmitir, perante todos, o que lhe iam explicar do que se estava a passar, ou seja, o porquê de dia 26 de novembro até ao presente não terem mais informações sobre a construção do IC 35. -----

-----Relativamente aos cunhos dados às questões, disse que quatro anos de um Governo liderado pelo dr. Passos Coelho, que não foi feito rigorosamente nada, a não ser em setembro lançada a verba para o início de construção mas no restante espaço de tempo não deram um passo para iniciar a construção do IC 35. Disse que ligava todos os meses para Almada para saber o que se passava e a resposta era sempre que não havia novidades, que não tinham autorização para dizer nada. De qualquer modo a CDU era a favor da moção apresentada. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Em tempo passado mas bem presente na sua memória e do Partido Socialista, por sua voz e noutras circunstâncias, tinham reproduzido exatamente as palavras que o senhor deputado Carlos Pinto ali tinha proferido. Não queriam fazer política da pior forma, relacionado com o tema do IC 35. O interesse era comum, todos pretendiam que o IC 35 fosse uma realidade no mais curto espaço de tempo, agora, o senhor deputado não podiam ir aquele púlpito fazer de todos ingénuos. A forma

como apresentava o assunto, obviamente que lhes fazia tirar outro tipo de conclusões porque a pergunta que colocava, nomeadamente o que tinha sido feito desde novembro de 2015 até à presente data, da mesma maneira que podia perguntar o que de novembro de 2011 até novembro de 2015 se tinha passado, porque também ninguém soube ou sabia o que se passou. Tinham feito ali um compromisso de forma solene sobre aquele assunto, ou seja, fazer política pela positiva, no sentido de reivindicarem todos o mesmo. O que o senhor deputado Carlos Pinto fez não foi necessariamente o que, de alguma forma, se tinha acordado no decorrer dos sucessivos debates acerca do IC 35. Também, não era alheio lançar um concurso para dois quilómetros em pleno período pré eleitoral. Disse que nos últimos quatro anos não foi presente em sede de Assembleia Municipal nenhuma moção da coligação "Penafiel Quer" sobre esse tema. -----

-----Quanto à petição mencionada, que não era da Câmara Municipal, mas sim de um conjunto de cidadãos, cujo primeiro subscritor, à data, era o senhor Presidente da Câmara, desde a data em que foram recolhidas as assinaturas até à data que foi entregue na Assembleia da República, passaram cerca de dois anos, tal era a urgência. A petição só foi entregue um ano após a tomada de posse do Governo. Se for para fazer política no mesmo registo e no mesmo tom, o PS também estava disponível mas achavam que o assunto era demasiado sério e importante para seguirem aquele caminho que não era o do Partido Socialista, de qualquer forma, o sentido de voto era favorável com a questão bem vincada nas suas memórias. Independentemente de quem fosse Governo estariam do lado daqueles que pretendiam que o IC 35 fosse construído. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que estavam todos imbuídos do mesmo espírito, o que não podiam era colar um lançamento de uma empreitada feita em setembro ao facto de haver eleições nesse mesmo mês. Todos sabiam que um concurso daquela dimensão tinha projetos, estudos de impacto ambiental, muito tipo de trabalho de base que era preciso ser feito até chegar ao seu lançamento, ou seja, eram seis meses de antecedência até chegar ao seu lançamento. O grupo municipal da coligação "Penafiel Quer", apenas quer com esta moção perceber o que se está a passar. O que não quer é que esta obra, que se anda arrastar eternamente, continuasse num gabinete que não sabem de quem. Era esse o objetivo, só queriam que lhes dessem uma resposta. Queriam informação, e queriam que todos fossem capazes, junto dos grupos municipais que representavam e junto do Governo serem capazes de pressionar, no bom sentido, para que o IC 35 fosse uma realidade. -----

-----Posta à votação, subscrita pelo Grupo municipal da coligação "Penafiel Quer", sobre "Início da Execução do IC 35", foi aprovada por unanimidade. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Relativamente ao voto de louvor a José Manuel Alves Dias, que durante anos praticou atletismo, disse que queria dar uma breve nota que não constava do texto do voto de louvor apresentado, que todo o espólio que resultava desse percurso desportivo foi doado à Junta de Freguesia de Paço de Sousa e encontra-se em exposição. Todos os que manifestarem interesse podiam visitar e apreciar tantas dezenas de anos dedicados à atividade desportiva. -----



Ata Sessão 29-04-2016

-----Os votos Louvor e foram subscritos por todos os presentes. -----

-----Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade. -----

----- **1.º Ponto – Aprovação da Ata da sessão anterior;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, as atas das sessões anteriores foram aprovadas unanimidade. -----

----- **2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado José Macedo: Relativamente às AEC's disse que na última sessão da Assembleia Municipal questionou o senhor Presidente da Câmara sobre alguns pontos que o preocupava, no que concerne à situação dos professores das atividades de enriquecimento curricular. Na altura, o senhor Presidente respondeu que esses profissionais tinham direito a férias, mas acontece que a questão que formulou não diz respeito às férias desses professores. O que tinha dito sobre esse tema foi que tinha conhecimentos que esses técnicos têm participado por iniciativa própria em eventos e atividade sem serem remunerados. O que pretendia saber era se estava contemplado ou não, no contrato desses técnicos professores a horas que por obrigação e por operativo normativo, a Lei, tem de dar presencialmente nas reuniões de avaliação de período, avaliação intercalar e reuniões de articulação a nível de departamentos. A informação que tinha era que, efetivamente aquelas horas não estavam contempladas, podia estar errado e por isso a sua questão. Caso se confirma-se essa informação, solicitava ao senhor Presidente da Câmara que dentro da maior brevidade possível compensasse esses profissionais. -----

-----Quanto ao EN 15, disse que também ali referiu os constrangimentos que as populações tinham por não terem as vias pedonais que deveriam ter. Esperava que a Câmara Municipal tenha avocado essas preocupações e que exercesse as influências que entendesse necessárias e pertinentes para dotar as freguesias da zona norte do concelho com passeios. -----

-----Na mesma via, na zona junto ao restaurante "O Camponês", a via alargava e andavam lá a fazer piões, o piso estava repleto de marcas de pneus. Sabiam que aquela via era altamente perigosa, já padeceram lá bastantes pessoas, quer em acidentes de automóvel quer de peões. Mais uma vez solicitava ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para que junto das Estradas de Portugal e das entidades policiais alertar para estarem atentos àquela situação, sendo que uma das soluções passava por se colocar uns pinos de marcação para constranger um pouco esse tipo de "desporto". -----

-----Referiu que na estrada que ia de Croca a Santa Marta, as bermas também estava por limpar criando constrangimentos nas vias, nomeadamente os lençóis de água que provocavam acidentes. Na zona em frente ao café Estrela, não pela limpeza das bermas mas sim pela limpeza de outro tipo de condutas que talvez não tivessem ficado bem feitas era normal formarem-se lençóis de água havia, era um dos



Ata Sessão 29-04-2016

constrangimentos que também alertava para que fizessem valer a quem de direito aquelas preocupações. Também a paragem de autocarros junto ao café Estrela, que já tinha alertado há uns tempos atrás, que continuava sem se resolver. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que naturalmente se associavam a todos os louvores que ali foram dedicados a cidadãos e a instituições penafidenses, justos e merecidos, sendo que alguns deles também já tinham sido aprovados em sede da Câmara Municipal. A propósito do voto de louvor do Moto Clube do Vale do Sousa, disse que era uma instituição que muito prezavam e muito apreciavam pelo trabalho que têm feito no território de Penafiel, mas não ficava de bem com a sua consciência se não referisse os trabalhadores municipais que de forma empenhada e dedicada colaboraram para que o evento do "XX Dia Nacional do Motociclista" pudesse ter sido organizado. A própria federação Nacional de Motociclismo reconheceu publicamente, na comunicação nacional e na da especialidade que foi a melhor organização de todos os tempos. Disse que dispensava o mérito, bem como os senhores Vereadores, mas pelos funcionários municipais que mereciam o reconhecimento de tanto esforço e empenho que colocaram para que o evento tivesse corrido tão bem como correu e o acolhimento tivesse sido tão agradável e tão afável como foi para os milhares de motociclistas que de todo o país se dirigiram para Penafiel, apesar do dia de intempérie que se viveu nesse fim de semana. -----

-----Relativamente à questão do IC 35 e à moção que ali tinha sido discutida e aprovada por unanimidade, disse que o senhor deputado Couto Barbosa na sua intervenção referiu-se à Câmara Municipal e o que tinha para dizer era que recorrentemente procurava obter informações sobre o andamento do processo do IC 35. Confessou que aquele assunto já parecia a rábula do Prof. Marcelo, porque ligava e perguntava: "Então o IC 35 está parado?" e a resposta era: "Não", perguntava: "Então o IC 35 está andar?" Mais uma vez a resposta era "Não". Voltava a perguntar "Então foi cancelado?", respondem-lhe "Não". Perguntava "Então foi suspenso?", respondem-lhe "Não", voltava a pergunta "Então está a andar?" e a resposta mais uma vez era "Não". Portanto era muito difícil dizer-lhes qual o ponto da situação. Sabia que a última informação que tinha era que a 26 de novembro foram abertas as propostas e portanto estavam aguardar. Tinha a intenção de oficial ao Ministério, entretanto com a moção apresentada iam aguardar para ver qual seria a resposta. Como já tinha dito noutra circunstância, não acreditava que nenhum dos processos que foram estabelecidos pelo Estado, independentemente do Governo que circunstancialmente ocupava as funções, era o Estado que estabelecia os acordos e não acreditava que nenhum dos compromissos assumidos com o município de Penafiel seria para quebrar. -----

-----Quanto à questão dos muros de delimitação que impediam a futura execução de passeios, e os passeios que estavam já executados e estavam obstruídos por viaturas, era de facto circunstâncias que tinham que ser devidamente resolvidas e tratadas. No caso dos muros que estavam a ocupar, para além do espaço que era suposto, não respeitando os afastamentos, iam obviamente interpelar as Infraestruturas de Portugal para que fiscalizem essas situações. Iam-se certificar de que as Infraestruturas de Portugal eram

Ata Sessão 29-04-2016

devidamente diligentes para que aquelas situações se resolvessem e sobretudo que não se voltassem a repetir. Quanto aos estacionamento indevidos iam procurar encontrar uma solução para que a situação se evitasse.- -----

-----Para evitar especulações, como referiu o senhor deputado Jesus Ferreira sobre questão do contrato com a "Altice", disse que aquele processo já levava alguns meses. Na altura em que surgiu aquela possibilidade e oportunidade de acolherem um investimento para o concelho de Penafiel, para a criação de 250 postos de trabalho, de imediato procuraram avaliar da existência de condições para esse efeito. 250 postos de trabalho não era coisa pouca e que se pudesse dispensar nos tempos que se viviam, e como se dizia por aí, tratava-se de um tipo de prestação de serviços que é renumerada bastante acima da média. O vencimento mínimo naquele tipo de empresa e serviço era de 700 € mensais para o vencimento base, depois havia um conjunto de postos que têm vencimentos mais elevados. 700€ que fosse, vezes 250 postos de trabalho, o impacto que significava por mês, por ano e ao longo do tempo no território. Não era só o rendimento imediato para os penafidelenses mas também ganhavam ali uma nova esperança e uma nova oportunidade, era tudo o que significava e estava depois interligado ao impacto financeiro. Como dizia, na altura procuraram avaliar a existência de condições para poderem estabelecer o protocolo. As condições que encontraram foram de um pavilhão na zona industrial n.º 2, que tinha cerca de 1350 m² e o valor da renda, que na altura foi estabelecida, foi de 3.500€ por mês. Valor que segundo a comissão de avaliação estava dentro dos valores de mercado. Por exemplo, a empresa BMW estava lá instalada, num pavilhão de 700 m² e pagava também 3.500€. O pavilhão reunia condições do ponto de vista da área, da dimensão e da localização para acolher o empreendimento. Mas depois era necessário fazer as obras de adaptação para que a empresa se instalasse, era esse o compromisso que tinham estabelecido. Os serviços técnicos da Câmara Municipal foram ao pavilhão, com o caderno de encargos, as exigências técnicas que a empresa tinha colocado, para que pudessem dar uma informação relativamente ao valor que podia implicar as obras de adaptação do pavilhão para esse efeito. Foi uma análise essencialmente empírica e a informação do custo das obras de adaptação e de adequação do pavilhão para aquelas funções era na ordem dos 150 mil euros, no máximo 200 mil euros. Face a todo o contexto e todas as circunstâncias avançaram com o contrato de arrendamento e com o protocolo naqueles termos. Tudo aquilo foi em meados de fevereiro, entretanto os trabalhos técnicos foram evoluindo, entrando numa arte mais fina e percebendo-se que teria havido alguma precipitação nessa primeira avaliação, uma vez que não era fácil olhar para um pavilhão e num espaço de tempo curto fazer uma projeção em termos de valores com um rigor milimétrico. A projeção falhou, e os dados que entretanto lhes foram apresentados, depois do trabalho mais miúdo que foi desenvolvido, foi que os valores já iam na casa dos 400 mil euros. Quando lhe foi transmitido aqueles números e aquela informação, refletindo em conjunto com o Executivo, entenderam que não era prudente e não era o caminho que defendia o interesse público, fazer esse investimento num espaço que não era público. Fazia mais sentido, havendo um terreno com condições para concretização e para execução de raiz de um pavilhão, fazer um investimento que seria



depois património do município. Feitas as avaliações que tinha que ser feitas do ponto de vista técnico, conclui-se que havia um terreno na zona industrial da Câmara Municipal e com algum trabalho seria possível executar aí um pavilhão, não tendo necessidade de ter os 1.350 metros, sendo feito de raiz, seria feito nas condições adequadas às funções para que era destinado e portanto conseguir um valor razoável para a construção desse equipamento e que era municipal, era património público, dinheiro que era investindo mas estava na esfera patrimonial do município. Foi a opção que tomaram, articulando tudo com a empresa, não ia haver atrasos na instalação da empresa porque entretanto os primeiros 50 funcionários estavam já selecionados, numa fase de formação adiantada para iniciar as suas funções. O esforço que o município vai fazer era um esforço que se ia traduzir, basicamente num aumento do património municipal e sobretudo naquilo que era mais importante, a criação de novos postos de trabalho, numa nova esperança para muitas famílias penafidelenses. -----

-----Agradeceu as palavras de saudação que o senhor Presidente da Freguesia de Eja dirigiu ao Executivo. Esperavam que houvesse autorização da CCDRn, por causa da questão de ser uma zona de cheia, porque com a APDL estava tudo acertado para que a obra se pudesse iniciar, esperava que isso acontecesse o quanto antes, pois era uma obra importante para aquela zona de Entre-os-Rios. -----

-----Quanto à questão da escola de Abol, disse que já o tinha dito publicamente que este ano iam intervir em todas as escolas que estavam ainda por requalificar. A educação era para o Executivo uma prioridade, tema que olhavam com muita atenção e preocupação sobretudo face à existência, ainda, de algumas escolas que precisavam de se requalificadas. Disse que não ficavam satisfeitos com o facto da Autoridade de Saúde ter feito essa vistoria e dar nota das questões que estavam por resolver. O importante é que este era o último ano letivo em que aquela escola funcionava em condições menos boas.-----

-----Relativamente à questão do cemitério, disse que a informação dos serviços de Projeto e Planeamento era aquela que já tinha transmitido ao senhor Presidente da Junta no que dizia respeito à necessidade de recolha de pareceres. Na próxima semana iam marcar uma visita à freguesia de Eja, onde se ia fazer acompanhar dos técnicos para que no terreno se pudesse analisar o que tem que ser analisado, sendo que é uma questão que tem que ser tratada com urgência.-----

-----No que dizia respeito às questões que ainda estavam pendente na EN 15, disse que ia solicitar aos serviços que procedessem a uma vistoria, para que se identifique todas as questões colocadas pelo senhor deputado Salgueiro Macedo, para que depois se pudesse oficial às Infraestruturas de Portugal para que fossem de facto resolvidas. Era uma estrada nacional, a competência era das Infraestruturas de Portugal que no que dizia respeito aos passeios e às demais questões e portanto a Câmara Municipal ia fazer esse trabalho avaliação no terreno, identificar todas as patologias, todas as questões que necessitavam de ser resolvidas para depois oficial adequadamente às Infraestruturas de Portugal.-----

-----Quanto aos professores das AEC's estarem ou não contempladas no que dizia respeito às reuniões, disse que ia indagar essa questão junto do senhor Vereador da Educação e dos Recursos Humanos.

Ata Sessão 29-04-2016

Assegurou que na Câmara Municipal de Penafiel ninguém trabalhava sem receber. Isso era inaceitável e inadmissível, aliás a Câmara Municipal de Penafiel, foi das primeiras Câmara do país que subscreveu o acordo das 35 horas. Mesmo quando havia ainda risco legal para o Presidente da Câmara e para o senhor Vereador dos Recursos Humanos quando assinaram o acordo das 35 horas. -----

-----Relativamente à belíssima citação feita pelo senhor deputado Agostinho Gonçalves, de Padre Américo, disse que foi em 2014 que tiveram a honra de atribuir a Medalha de Ouro da Cidade à Casa do Gaiato, portanto não havia dúvida quanto ao reconhecimento que têm por essa instituição e pelo trabalho notável desenvolvido pelo Pai Américo e por isso achava que a sugestão do senhor deputado de assinalarem devidamente os 60 anos do seu falecimento, era uma sugestão que tem que ser posta em prática. Aliás já a propósito dos 110 anos do nascimento do senhor D. António Ferreira Gomes, foi também o senhor deputado Agostinho Gonçalves que ali deixou essa sugestão de se fazer uma comemoração através de uma comissão a criar para o efeito. As comemorações iam ser levadas a efeito nos próximos dias 9 e 10 de maio, e convidou a todos para estarem presentes. -----

-----Deixou uma palavra de apreço ao trabalho desenvolvido pela comissão que fez um excelente trabalho, iam ser umas comemorações com um programa digno que a data implicava, e o brilho que o penafidelense D. António Ferreira Gomes deixou com a sua passagem por esta terra. Iam ter a presença do General Ramalho Eanes, ex - Presidente da República, a presença do senhor bispo Emérito D. Manuel Martins e a presença do senhor bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa: Disse que já estava habituado que o senhor Presidente da Câmara ignorasse a freguesia de Cabeça Santa, mas que ignorasse o seu Presidente era mais complicado, era pequeno mas fazia-se ouvir longe. Era lamentável que o senhor Presidente da Câmara Municipal com a responsabilidade que tinha ignorasse a freguesia, pois já por duas vezes fez questão de visitar a freguesia de Cabeça Santa, ignorando o representante da população, eleito com o voto de 2.500 pessoas.- -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa, responderia a todas as questões que colocasse por escrito. Em sede de Assembleia Municipal não responderia. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que viviam num estado democrático e ali ninguém estava obrigado a responder a nada. Mas aquele era um ato que em nada enobrecia nem dignificava a Câmara Municipal, nem o Executivo que liderava, porque se havia um Presidente de Junta de Freguesia que colocava naquele fórum as questões, as suas dúvidas da forma que melhor se sabia expressar, relacionado com as preocupações que os seus munícipes lhe colocavam e da sua freguesia. -----

-----Gostavam de saber e perceber o porquê da recusa do senhor Presidente da Câmara Municipal de prestar esclarecimentos ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa. Achava que o senhor Presidente da Junta colocava as questões com alguma justiça. -----

-----Espantava-se quando via um Presidente de Câmara Municipal que se recusava responder e afirmando-o da forma que o tinha feito. Disse que da parte do PS que não contassem com aquele tipo de comportamento em momento algum, pois achava que obrigação do senhor Presidente e ainda ia a tempo de se retratar na Assembleia Municipal de esclarecer as questões e as dúvidas colocadas pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cabeça Santa que naturalmente as colocava da forma que sabia. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que tinha sempre todo o gosto de prestar esclarecimentos a todos os deputados municipais que os quisessem ouvir. Estava sempre disponível para prestar todos os esclarecimentos ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa, mas nesta Assembleia Municipal não o fazia, porque da última vez em que o tentou fazer o senhor Presidente da Junta virou-lhe as costas e deixou-o ali a falar sozinho. Disse que nessa altura não ouviu nem o senhor deputado Nuno Araújo, líder da bancada do PS, nem nenhum dos senhores deputados a insurgirem-se contra essa falta de respeito, que não foi com a sua pessoa mas sim para todos os presentes. Foi a primeira vez, em 40 anos de democracia em Penafiel, que se assistiu a tamanha falta de respeito institucional. -----

-----Reiterou que respondia a todas as questões feitas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa por escrito, pois era o seu dever enquanto Presidente da Câmara Municipal de Penafiel. Nunca deixaria de prestar esclarecimentos a quem quer que fosse em todas as circunstâncias mas neste caso pedia que compreendessem que tinha o direito de estar magoado. -----

----- A senhora deputada Filomena Pereira: Disse que aquele era um Órgão democrático e tinham um regimento que deviam cumprir. Salvo melhor opinião, e com o devido respeito, não podia ser aberto ali um precedente. Hoje o senhor Presidente não respondia ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa, amanhã não respondia a outro senhor Presidente, ou se respeitava o regimento onde constava que o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceria todos por igual ou então não sabia que Órgão era aquele. Disse que como sinal de protesto ia retirar-se e abandonar os trabalhos. -----

----- A senhora deputada Balbina Rocha: Disse que aquando as eleições, foi eleita, tal como todos os presentes, pelo povo de Penafiel e todos com os mesmos direitos e deveres. O direito que ali os assistia era que quando colocassem questões o senhor Presidente da Câmara, este lhes respondesse, a todos por igual, não havia ali cidadãos de primeira ou de segunda. Se a uns respondia verbalmente em Assembleia Municipal e a outros não, ficava muito sentida com esse facto. Vivia num concelho democrático e o senhor Presidente da Câmara Municipal não sabia qual teria sido o motivo pelo qual o senhor Presidente da Junta de Cabeça Santa teria saído da sala aquando a resposta do senhor Presidente da Câmara. -----

-----Se o senhor Presidente da Câmara Municipal não alterasse a sua postura, em sinal de protesto ia abandonar a sala. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o senhor Presidente da Câmara tinha reprovado a atitude do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa, mas, achava que o senhor Presidente da Câmara Municipal, não devia ter respondido com uma atitude semelhante. E sendo o senhor Presidente,

Ata Sessão 29-04-2016

Presidente da Câmara de todos os penafidenses, não devia ter tido aquela atitude, pois em nada dignificava o Órgão e o concelho que representava. Se não tinha gostado da atitude do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa, a sua resposta nunca poderia ser a de se recusar a responder naquela Assembleia. Em todo o caso, o senhor Presidente de Câmara nunca poderia esperar de um Presidente de Junta, que incansavelmente, durante dois anos consecutivos lhe colocava questões, que o tentava abordar a propósito de questões da sua freguesia, ainda que a reação pudesse ter sido intempestiva, não podia esperar de quem ignorou durante dois anos que ficasse sentado pacificamente a assistir a uma não resposta e a um vazio total. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa: Entendeu que o senhor Presidente da Câmara Municipal lhe chamou mal-educado, mas nem sempre a má educação era na postura mas nos atos que tomavam. Portanto, durante dois anos o senhor Presidente ignorou-o, o que de certa forma foi um ato de má educação com a sua pessoa em alguns aspetos e com a Freguesia de Cabeça Santa. Quando abordou novamente a situação naquela Assembleia, e pediu, por favor, que o senhor Presidente não lhe respondesse da mesma forma que tinha vindo a responder de há dois anos a esta data e o senhor Presidente fez precisamente o contrário, que foi afronta-lo. Dessa forma não podiam esperar que ficasse sentado calmo e sereno a ouvir uma novamente uma "lavagem ao cérebro" e foi essa a sua postura e a sua posição. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Tudo o que dizia respeito ao relacionamento institucional com a Câmara e a Assembleia era muito importante. Disse que em nenhuma circunstância tinha dito que o senhor Presidente da Junta de Cabeça Santa tinha sido mal-educado. Disse que o senhor Presidente da Junta, com a atitude que tinha tido, deixando-o a falar para "ninguém", embora estivessem ali os senhores deputados, mas o senhor Presidente da Junta é que tinha sido o interpelante, e que ofendeu quer a Câmara, quer a Assembleia com essa atitude. Ao longo dos referidos dois anos, o senhor Presidente não podia dizer que o tivesse ignorado porque isso não era verdade. O senhor Presidente sabia bem, que tinham visitado na freguesia de Cabeça Santa, e a fazer uma visita simbólica a uma obra feita na freguesia, como havia registo em notícias da comunicação social. Também recentemente tinha estado na freguesia a inaugurar uma obra, da pala na entrada do centro escolar, a convite da Associação de Pais e da senhora Coordenadora escolar, que era uma expectativa que o senhor Presidente também dizia ter, pois manifestou isso por diversas vezes. Essa foi uma obra de quase 70 mil euros e o resto estava a ser feito de acordo com o que era possível. Não podiam ir para a estrada nacional fazer passeios quando não tinham jurisdição sobre ela. Essa intervenção estava prevista no plano que foi apresentado pelas Infraestruturas de Portugal. A questão da rua da Lamosa, que vinha dar à estrada nacional, não podiam chegar ali e fazer essa intervenção sem mais nem menos. A questão do parque infantil estava a ser tratada pelos serviços técnicos. Portanto o senhor Presidente não podia dizer que o ignorava porque não era verdade. Tratava-o com a mesma atenção que tratava os demais senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e procurava dar andamento às obras da mesma forma que as demais. Quando procurava fazer obras nas freguesias não era para agradecer ao



Presidente da Junta, nem ao Executivo, nem à Assembleia de Freguesia mas sim para resolver problemas específicos da população. O penafidenses eram todos de primeira fossem de que freguesia fosse. -----

-----Disse ao senhor Presidente da Junta que contasse com todos os esclarecimentos sempre que os pretendesse bem como as obras que estavam acordadas para a freguesia de Cabeça Santa. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa: Disse que a partir daquele momento esperava que tivessem um bom relacionamento e que conseguissem trabalhar em conjunto coisa que até à presente data não tinham conseguido. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que assim seria. -----

-----No final das intervenções o senhor Presidente da Junta de Cabeça Santa e o senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentaram-se. De imediato ouve ovação da Assembleia Municipal. -----

-----**3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2015, bem como a Aplicação de Resultados do Exercício de 2015, do Município de Penafiel, nos termos da alínea i), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que este era um documento técnico, elaborado por reputados técnicos da Câmara Municipal de Penafiel e certificado por peritos, ROC, a garantia técnica da sua elaboração e a verdade dos números estava assim assegurada. Era aquele documento – totalmente técnico – e apenas o documento, que o Tribunal de Contas apreciava, quando fosse chamado a analisar as contas dos Municípios.-----

-----Mas era essencialmente um documento político. Para os eleitos locais, aquele documento era muito mais que um documento técnico. Era um documento político, porque avaliava as opções políticas, as propostas e as promessas dos decisores e o grau da sua execução, naturalmente, sempre em função do modo como as receitas externas (nomeadamente as fiscais, que não dependiam da vontade do agente político) se comportassem. -----

-----Aquele era, pois, a altura da sujeição a exame do grau de execução das opções políticas. Aquela era altura da prova dos nove ou, se pretendessem, do teste do algodão.-----

-----Têm vindo a referir que no período pós-troika, a variável económica mais importante não era o PIB, nem o índice de inflação ou o crescimento. A variável mais importante era a esperança e a confiança que transmitiam às pessoas e às empresas, pois só assim reativavam o crescimento económico, aumentavam o consumo e potenciavam a economia local e criavam riqueza.-----

-----Os penafidenses tinham hoje, como o tiveram num passado recente, um Executivo Camarário, que trabalhava diária e incansavelmente na procura do bem-estar e da felicidade dos seus concidadãos. Na melhoria das suas condições de vida, dando-lhe esperança e confiança num futuro melhor.-----



Ata Sessão 29-04-2016

-----A prova desta continua melhoria de vida dos penafidenses, não resultava de uma qualquer brochura municipal feita à medida ou através de propaganda paga na Comunicação Social. Essa prova, vinha de empresas externas, até internacionais, que elegeram, pelo 3º ano consecutivo, Penafiel como o melhor concelho da região do Vale Sousa e Baixo Tâmega para viver, visitar e investir; o 16º concelho na Região Norte e entre as melhores 50 cidades do País. -----

-----E nas contas, nos dados financeiros, o sempre isento Anuário Financeiro dos Municípios que na última publicação confirmava que Penafiel mantinha a trajetória de redução do seu passivo; Tem um grau de endividamento menor que a média nacional e que foi no último ano, a sétima autarquia do país com maior volume de investimento. Mais palavras para quê. -----

-----Também no período pós-troika, os novos desígnios do Estado e do Poder Local, quanto às contas públicas, não passavam por fazer mais Rotundas, mais equipamentos megalómanos, só porque o vizinho o tinha, ou outros investimentos desnecessários. Os novos desígnios, a responsabilidade do gestor público era gerir com parcimónia o seu território, de acordo com as suas receitas, sem descuidar as suas responsabilidades sociais, culturais, o apoio às freguesias e a melhoria, em geral, das condições de vida dos seus concidadãos, ao mesmo tempo, e essa era a sabedoria e o sucesso, aumentar o seu património, ter resultados líquidos de exercício positivos (lucro de gestão), reduzir a dívida e aumentar a sua capacidade de endividamento. -----

-----Analisada a conta que lhes é presente, concluíam que na prova do algodão, este continuava imaculado. Branquinho, branquinho, branquinho. -----

-----Disse que o senhor Presidente da Câmara e o seu executivo, passaram mais aquela prova de aferição. -----

-----Apesar das receitas globais terem diminuído em cerca de 6,5% (uma queda de mais de 2,2 ME, na maioria receitas fiscais), O Município foi capaz de reduzir a sua dívida de médio e longo prazo em cerca de 10% (diminuiu 1,2 ME) e diminuiu ainda, a despesa global em 2,8 ME. -----

-----E seria bem maior essa redução da dívida não fora a circunstância do Estado Central não ter transferido em Dezembro de 2015, 1,18 ME de FEDER; que permitiria liquidar em igual montante, faturas dos fornecedores, com consequente redução da dívida de curto prazo. -----

-----Salientavam com redobrada satisfação, a circunstância do Município, continuar a apresentar, ano após ano, um resultado líquido de exercício positivo, dessa feita, de cerca de um Milhão de euros, querendo tal resultado significar, simplesmente, boa gestão. -----

-----Se o Município fosse uma empresa, teria dado um lucro de cerca de 1 ME, a distribuir pelos acionistas, circunstância que, infelizmente, a grande maioria das empresas não conseguia alcançar. -----

-----Esse lucro, que não resultava em distribuição de dividendo para ninguém, era um lucro social, que permitia fazer mais e melhor nos exercícios seguintes. -----

-----Significava a correta gestão dos dinheiros públicos. Significava fazer mais, com menos. Significava gerir bem, cortando onde era possível cortar. Nas gorduras. -----



-----E esses resultados eram ainda mais significativos, porque o Município continuava a investir, continua a apoiar as Freguesias, apoiar as mais diversas associações sociais e outras e as inúmeras coletividades do concelho. -----

-----Na apreciação da Conta de Gerência de 2014, usando a terminologia da Marinharia e da arte de navegar, disse que exortou o senhor Presidente a nunca se desviar do rumo que traçou para Penafiel quando ganhou as eleições de 2013. O Rumo do progresso e do bem-estar de todos os penafidelenses. Um ano volvido sobre esse seu repto, constatavam com enorme satisfação que a proa que o senhor Presidente seguia, era a proa verdadeira e que o seu rumo de atuação elevará Penafiel e os penafidelenses aos patamares de excelência que todos desejavam. -----

-----Referiu que os membros da Assembleia Municipal que integravam a Coligação "Penafiel Quer", estavam, e iam continuar a estar ao lado do Executivo, naquele projeto, que era um projeto em que acreditavam e que por certo levaria ao sucesso do concelho e de todos os penafidelenses. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU foi informada que há alguns meses a Câmara Municipal foi notificada porque o Tribunal de Contas levantou sérias questões no orçamento de 2010. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se esse problema tinha ficado resolvido. Todos sabiam que os senhores deputados municipais e os senhores vereadores, quando votavam favoravelmente os documentos tinham responsabilidades se as contas não estivessem certas. -----

-----Referiu que aquele era um documento muito técnico, não tendo toda a capacidade para o analisar, recorreu à colaboração de técnicos mais avalizados na área para em conjunto o analisarem. -----

-----Referiu que na página 112, mencionava a dívidas a fornecedores, referindo-se a janeiro a dezembro de 2015, que dava um total de 16 515 093, 26 €. Perguntou se aquela situação continuava a ser verdade, se os fornecedores já foram ou não liquidados. -----

-----Quanto à questão dos empréstimos que dava um total de 11 552 711, 75 €, havia ali algumas parcelas que têm juros muito elevados para os tempos que corriam, sugeriu que fosse revisto aquela situação com algum cuidado. Por exemplo o financiamento de projetos PPI, havia um empréstimo na Caixa de Crédito Agrícola de dois milhões e meio em que pagava um juro com a taxa de 5.27%. Sugeriu, se realmente fosse verdade que o Executivo fizesse um esforço para rever aquela e outras situações semelhantes porque em qualquer outras instituições bancárias as taxas de juro eram muito mais baixas. -----

-----Mencionou que nas Grandes opções do Plano havia uma proposta de investimento de 25 milhões e 230 mil euros e foram apenas executados 13 milhões e 324 mil. O que significava que o que em relação ao que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal havia apenas execução de 52,79% do que tinha sido proposto, o que achavam muito pouco para aquilo o que seria possível fazer-se ou pelo menos previsto executar. -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que ao analisarem a Prestação de Contas e Relatório de Atividades de 2015, verificavam que, à semelhança da grande maioria dos Municípios havia uma ligeira

Ata Sessão 29-04-2016

melhoria em vários indicadores relativamente aos anos anteriores, mas outros havia que não deixavam em diversos casos de ser preocupantes. -----

-----Já na análise do Plano para 2015 questionavam as reduzidas taxas de execução nos relatórios de gestão, que resultavam do Empolamento de receitas aí visível e que novamente se confirmavam com a execução de receita de apenas 64% do previsto. -----

-----Mais desastrosas eram as taxas de execução do PPI, com 37% no conjunto das Funções Gerais, 55% nas Funções Sociais e 50% nas Funções Económicas, apesar de, como referiu, à semelhança da generalidade dos municípios melhorarem em relação às taxas de execução em anos anteriores. -----

-----Na receita Patrimonial, a taxa execução foi de 4%. Só a soma da receita Fiscal, de Atividade e Patrimonial tinha entre a previsão orçamental e a execução, um empolamento de 9,3 ME o que num orçamento de 33,6 ME era uma exorbitância como têm alertado. -----

-----Realçavam a constatação de que o valor do IMI cobrado aos penafidelenses continuava em crescendo, embora com aumento reduzido. -----

-----A insistência do PS, em anos anteriores de que a redução das taxas de 0,4 para 0,3 não levaria a menos receita total confirmava-se. O fim da cláusula de salvaguarda levaria a mais receita. Os ajustamentos aos coeficientes de localização, a menos que houvesse imediato pedido do titular trariam acerto em baixa, pelo que só a médio prazo teria influência na receita global de IMI. Tem pois havido um crescimento, agora mais moderado, do IMI cobrado aos Municípios. -----

-----A dívida aumentou para um total de 28,7 ME tendo no seu valor global um aumento de 700 mil euros, e ali em divergência com a tendência da generalidade dos Municípios que têm apresentado redução de dívida total, aliás como Penafiel nos últimos dois anos, mas que agora invertia a tendência. Ao segmentarem a análise da dívida verificavam com preocupação, que pese a redução de 10% da de Médio e Longo Prazo, havia um brutal aumento na de Curto Prazo que crescia 13%. A dívida de Curto Prazo aumentava cerca de 2 ME. -----

-----A Câmara Municipal de Penafiel recorreu ao PAEL- programa de apoio à economia local, para reduzir as dívidas de Curto Prazo a fornecedores, mas não seria com o atual Executivo que a economia local veria esse apoio, pelo contrário desde 2012 até à data, continuou o aumento deste tipo de dívida. Era aliás, confirmada essa constatação com o PMP a fornecedores constante do relatório e do *site* da DGAL que vinha regredindo desde 2012 até 2014, mas que de dezembro de 2014 a dezembro 2015 subiu de 135 dias para 184 dias, ou seja mais de meio ano em média para pagamento aos fornecedores pela Câmara Municipal Penafiel.- -----

-----Relativamente à despesa, havia a registar uma redução da Despesa Total em valor residual, - 7,7%, tendo a Despesa Corrente, pela 1ª vez em muitos anos, uma redução marginal de 2%. A despesa de Capital teve uma redução de perto de 17%, havendo dentro da despesa de Capital, a relevar a redução da despesa de Investimento em 19%, tendo esse investimento uma taxa de execução do previsto de apenas 45%. -----

-----Resumiu dizendo que aumento da Dívida, do Prazo de Pagamento a Fornecedores e confirmação de Empolamento de Receitas, e Taxas de Execução do PPI de cerca de 50% e de Investimento de 45%, revelavam pelos seus números ausências de correção na previsão, resultando um relatório de gestão com taxas de execução de receita, investimento e do PPI completamente falhas de rigor e eficiência de gestão. ---

-----Assim, numa postura coerente com as questões colocadas quando da apreciação do Plano de 2015, e pela falta de rigor na gestão atrás descrita, o Grupo Municipal do Partido Socialista iria abster-se na votação deste documento de Prestação de Contas.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que efetivamente havia o aumento da dívida curto prazo mas havia uma explicação para esse facto. A Câmara Municipal estava a contar com mais de um milhão de euros de fundos comunitários até ao final do ano, esse valor tinha-lhes permitido, não só ter um prazo de pagamento aos seus fornecedores bem mais curto do que aquele que infelizmente tinham que apresentar naqueles documentos, o que teria permitido que a dívida global tivesse descido muito significativamente em cerca de 3%. Esse facto não os deixava muito preocupados porque a razão estava perfeitamente encontrada e no corrente ano, já receberam uma parte daquele valor e certamente iam receber todo porque se tratava essencialmente de verbas referentes ao ON 2, do quadro comunitário que já tinha terminado. Seguramente que no ano em curso o assunto ficaria tratado e assim poderiam resolver, quer o atraso quer a questão da dívida.-----

-----Disse que uma boa parte da dívida estava devidamente estruturada naquela relação com a banca.---

-----Quanto às contas relativas a 2010, tinha sido validadas pelo Tribunal de Contas, apenas deixou algumas recomendações o que era pedagógico e que procuravam implementar em cada um dos exercícios. ---

-----Mencionou que tinham razões para avaliar positivamente aquele documento, para lhe reconhecer mérito pelas circunstâncias em que o ano de 2015 tinha decorrido. Foi um ano com condicionalismos legislativos económicos muito complexos como todos reconheciam. Tiveram que participar no Fundo de Apoio Municipal, entraram com dinheiro dos penafidenses para ir ajudar outros municípios que gastaram para além daquilo que deviam. Tiveram vários cortes nas transferências diretas do Estado. Tiveram alguma redução de receitas próprias e tiveram sobretudo uma circunstância muito difícil que foi a transição dos quadros comunitários. Um quadro comunitário que encerrava, outro que ia abrir, não estando ainda em andamento, criava dificuldade no financiamento do ponto de vista das opções do plano de investimentos. Ainda assim, os resultados que se apresentavam eram positivos e mostravam um claro esforço de consolidação do equilíbrio financeiro das contas do município de Penafiel. -----

-----A execução do orçamento, da parte da receita, ao contrário do que o senhor deputado Couto Barbosa dizia ser baixa, não era obviamente a que todos queriam, mas os 64%, ainda assim era a melhor execução orçamental de sempre. E se tivessem recebido aquele valor que deviam ter recebido dos fundos comunitários teria chegado aos 70%. Não era boa, queriam que fosse melhor e esperavam que no próximo ano fosse melhor ainda.-----

Ata Sessão 29-04-2016

-----As receitas fiscais diminuíram 3%, um aspeto positivo que era o facto das receitas associadas à atividade municipal terem aumentado 9% em relação a 2014. -----

-----A redução das despesas correntes totais, era muito difícil reduzir a despesa corrente porque era muito rígida e não podiam mexer nela. Não podia mexer nos ordenados dos funcionários e reduzi-los, não podiam deixar de pagar as contas do telefone nem da luz, mesmo com a poupança que se foi introduzindo. Os encargos com a dívida que também diminuíram de forma interessante. -----

-----Disse que o facto de terem chegado aquele momento e naquelas circunstâncias com a dívida a curto e médio prazo reduzida em 10%, a dívida de curto prazo não tendo sido reduzida estava perfeitamente clara e explicada sabendo que de seguida ia ser. Chegar ao final com um resultado líquido do exercício com cerca de um milhão de euros, dava-lhes uma perspetiva muito positiva do trabalho desenvolvido no ano de 2015. Por outro lado, a manutenção e o reforço de endividamento, a Câmara Municipal de Penafiel estava em condições de enfrentar o desafio do novo quadro comunitário, podendo recorrer ao financiamento para a comparticipação municipal, um aspeto muito importante e que importava sublinhar. -----

-----Deixou um exemplo de um grande esforço que foi feito no âmbito das Grandes Opções do Plano, a despesa de funções gerais diminuiu 29%, a despesa das funções sociais em 2015 já diminuiu 2,9%, o que significava que em 2015 houve já sinais positivos e que dispensaram um pouco o esforço da Câmara Municipal na área social. As funções económicas onde estava incluído o investimento nas freguesias que implicou um aumento de 27%. -----

-----Conclui dizendo que tinham que concordar que nas circunstâncias que tinham com os condicionalismos que tinham estado sujeitos tinham ali um documento que devia merecer uma avaliação positiva da parte de todos. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 13 abstenções. -----

----- **4.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 1ª Revisão do Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, do Município de Penafiel, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **5.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de um estabelecimento industrial de atividades de panificação e pastelaria, localizada no Lugar da Igreja, Freguesia da Capela, Concelho de Penafiel, cujo proprietário é Segredos do Saber – Panificação, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro – Proc. 11109DBU15, para os efeitos previstos na al. a), do n.º 4 do art.º 5, do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----



----- **6.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de um estabelecimento de fabrico de equipamentos não-doméstico para refrigeração e ventilação, localizado na Zona Industrial nº 2, Novelas, freguesia e concelho de Penafiel, cujo proprietário é Evac – Equipamentos de Ventilação e Ar Condicionado, SA., ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Proc. 10883DBU15, para os efeitos previstos na al. a), do n.º 4 do art.º 5, do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- **7.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de uma indústria de fabrico de artigos pré-fabricados, localizada na Av.ª Central de Guilhufe, Freguesia de Guilhufe e Urrô, Concelho de Penafiel, cujo proprietário é Faprel – Fábrica de Artigos Pré-Esforçados, Lda, ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Proc. 11046DBU15, para os efeitos previstos na al. a), do n.º 4 do art.º 5, do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- **8.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da desvinculação do Município de Penafiel da Associação Eixo Atlântico Noroeste Peninsular, nos termos do artº 3º, nº 3, dos Estatutos do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que a informação que constava no documento apresentado era escassa, apenas anunciava que havia uma verba que ia ser dirigida para outro interesse do município. Solicitou ao senhor Presidente algum enquadramento para aquela situação uma vez que ainda recentemente tinham tido uma participação no Eixo Atlântico.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que aquela era uma das opções que tinham que fazer quando tinham que gerir com muito rigor e com contenção. As cotas eram relativamente caras, 15 mil euros de cotas para Eixo Atlântico e o percurso de tempo já decorrido não revelou que houvesse um retorno condizente com uma cota daquele valor. Por outro lado, o município de Penafiel foi também eleito para uma das vice-presidências da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro e portanto estavam a canalizar mais a atenção essa associação, também transfronteiriça e que tem dado um retorno bastante mais significativo, com um conjunto de projetos sobretudo em termos de financiamentos comunitários de interreg e de outros programas. Acharam que valia mais a pena estarem de corpo inteiro numa instituição do que em mais que uma, a pagar cotas caras sem o devido retorno. Era verdade que a recente participação, provavelmente um dos últimos atos de participação na associação do Eixo Atlântico, foi com o primeiro

prémio na amostra musical que decorreu na cidade galega de Vila Garcia, em que a penafidelse Francisca Portugal obteve o primeiro prémio, a violinista que esteve nas cerimónias do 3 de Março e fez a introdução. Diria que foi uma saída daquela associação em grande. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **9.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização prévia para a assunção dos compromissos, do Concurso Público com Publicação no JOUE para a "Aquisição de Serviços na Área de Seguros", de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a seguinte repartição:-----**

Nos anos económicos referentes à assinatura do contrato inicial; -Ano de 2016 – 35.000,00 €; - Ano de 2017 – 105.000,00 €; -----

No caso de o contrato vir a ser renovado por mais uma vez, nos termos do disposto no n.º 2 da Cláusula 3:º do Caderno de Encargos: - Ano de 2017 – 35.000,00 €; - Ano de 2018 – 105.000,00 €;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **10.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de repartição encargos plurianuais, referente ao contrato/protocolo a celebrar com as empresas concessionárias dos circuitos de transportes escolares, Valpi Bus – Alberto Pinto & Filhos, Transportes Rodoviários, SA; Transdev Douro, SA; Empresa de Transportes Gondomarenses, Lda. e Rodonorte Transportes Portugueses, SA, nos seguintes valores: Ano de 2016 – 426.000 + IVA; Ano de 2017 – 852.000 + IVA., para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----**

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **11.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao (s) contrato (s) de "Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), incluindo a iluminação Pública, em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT), do Município de Penafiel) ", a celebrar na sequência da assinatura do protocolo para a Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, entre o Município de Penafiel e a CIM-TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, cujo valor estimado rondará os 2.800.000,00 €, com a seguinte repartição: Nos anos económicos referentes à assinatura do contrato inicial: Ano de 2017 – 2.300.000,00 €; Ano de 2018 – 500.000,00 €; No caso de o contrato vir a ser renovado por mais uma ou duas vezes, nos termos do disposto na Cláusula 3:º**



do Caderno de Encargos: Para a 1.ª Renovação: Ano de 2018 – 2.300.000,00 €; Ano de 2019 – 500.000,00 €; Para a 2.ª Renovação: Ano de 2019 – 2.300.000,00 €; Ano de 2020 – 500.000,00 €;

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- 12.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Repartição de Encargos Plurianuais de fornecimento de refeições transportadas e refeições com confeção local, em jardins-de-infância e escolas do 1.º Ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Penafiel, para o ano letivo de 2016/2017, para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a repartição de encargos plurianuais nos seguintes termos: Ano Letivo 2016/2017: Encargos para o ano 2016 – 59.105,67 + IVA €; Encargos para o ano 2017 – 118.211,33 + IVA €;-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- 13.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de normas gerais de funcionamento do programa “Férias Educativas”, para efeitos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- 14.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Termas de S. Vicente, para efeitos da alínea r), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- 15.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 1.ª alteração ao Regulamento Municipal respeitante à iniciativa municipal “PROMOVIE PENAFIEL – FESTIVAL DE CURTAS-METRAGENS DE PENAFIEL, para efeitos da al. g) do n.º 1 do art.º 25 do da Lei 75/2013 de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- 16.º Ponto — Conhecimento das minutas das atas das reuniões da Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público.-----

Ata Sessão 29-04-2016

-----Inscreveu-se o cidadão, senhor Eurico Vieira, residente na rua do Rebolido da freguesia da Capela, concelho de Penafiel, disse que tinha hesitado por várias vezes em tomar da palavra na Assembleia Municipal, mas como ainda recentemente se comemorou os 42 anos do 25 de Abril, todos tinham a liberdade de dizer o que lhes vai na alma, e era mesmo isso o que ia fazer. -----

-----Enquanto penafidelense, nascido e criado neste belo concelho, criou uma empresa de aluguer de palcos, estruturas e promoção de espetáculos em 2008, pagando os seus impostos e todas as contribuições em Penafiel. -----

-----Iam vendo e lendo que o município de Penafiel queria apoiar e contribuir para a fixação de empresas e empregos no concelho, mas nem sempre as atitudes iam de encontro àquilo que era dito e vinha na comunicação social. -----

-----Referiu que se sentia lesado e discriminado em relação a empresas da mesma área de atividade, de fora do concelho e que realizam tudo o que se relaciona com alugueres de som, palcos, tendas e promoção de espetáculos. -----

-----Perguntou onde estava o critério da câmara municipal. Que ajuda era aquela?-----

-----De que vale dizer que se ajuda as empresas do concelho, quando viam aquelas atitudes de discriminação sem que se percebam as razões? -----

-----A Câmara Municipal de Penafiel, preferia dar todo o serviço a diversas empresas com nomes diferentes, mas com o mesmo representante legal de fora concelho de Penafiel, que faturavam largos milhares de euros compulsivamente e exageradamente. -----

-----Para que os penafidelenses tivessem uma ideia, só de aluguer de estruturas e som para o Dia do Motociclista, a Câmara pagou a uma das empresas em causa (do mesmo dono), € 22.632,00. -----

-----Disse que pela experiência que tinha naquela área, e com o vasto equipamento que possuía, por metade do preço, o serviço era feito com a mesma qualidade, dando emprego a pessoas do concelho, e incentivando a criação de novos postos de trabalho. -----

-----A qualidade dos serviços da sua empresa era do conhecimento do atual Presidente de Câmara que lhe tinha confiado o trabalho na abertura da sua campanha eleitoral (este gratuito), e no final (este já pago), sendo o senhor Presidente da Câmara conhecedor da qualidade e dos valores praticados pela empresa, muito inferiores ao que a Câmara que presidia pagava. -----

-----Gostava que lhe explicassem a si e a todos, a razão pela qual a Câmara Municipal contratava os serviços sempre às mesmas empresas, do mesmo proprietário que, ainda por cima, não eram de Penafiel, e algumas dessas empresas não possuíam sequer equipamento a não ser um telemóvel. -----

-----Perguntou qual o motivo para nem sequer pedirem ou convidarem as empresas da terra para apresentarem orçamentos, como o faziam nas obras públicas e muito bem. -----



